



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

### Ata da Quarta Sessão Ordinária do 2º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e um, no Plenário Lucelindo Farias Tavares, da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Adeilson da Costa Lopes; Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior; Deybson Delmar Rasch; Manoel Lucivaldo Siqueira, Elizandro Malcher Ferraz; Francisco Azevedo Pereira, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Ivalter Barbosa Cardoso Filho; Joseane de Oliveira Seixas; Marcio Kellen Soares Canto; Marta Monteiro Godinho; Mauro Luiz de Oliveira Wanzeler e Rafael Luiz Miléo Viana. Ausente o vereador: Arnaldo de Oliveira Gemaque. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando a 2ª Secretária que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento do vereador Mauro Wanzeler, pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, que determine a secretaria de finanças da prefeitura a encaminhar a esta Casa cópias da seguinte documentação: - Demonstração das despesas orçamentárias e os devidos relatórios, referente ao terceiro bimestre; - Relatório por categoria economia e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

para o exercício, despesas empenhadas e liquidadas; - relatório de suplementação de despesas; Projeto de lei nº 033/21, de autoria do vereador Mauro Wanzeler, que dispõe sobre a divulgação dos dados dos Conselho Municipais na página oficial da Prefeitura Municipal de Oriximiná na internet; Projeto de lei nrs. 028/21, que Institui o Programa Municipal Bolsa Atleta no Município de Oriximiná; Projeto de lei nº 029/21, que Cria o Distrito Industrial no Município de Oriximiná; Projeto de lei nº 030/21, que dispõe sobre a destinação e o recebimento de Patrocínio pelo Poder Público e Eventos realizados no Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 031/21, que Institui o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – FUNTER, e o Conselho Municipal do trabalho, Emprego e Renda-CONTER, do Município de Oriximiná; Projeto de lei nº 032/21, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da igualdade Racial do Município de Oriximiná, Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial; Ofício nº 163/21, expedido ao proprietário da empresa M.A. Almeida Batista-ME; Ofícios nrs. 215, 216, 217, 220 e 220/21, Ofício nº 205/21, recebido do diretor de secretaria da Comarca de Oriximiná, solicitando o auditório da Câmara no dia 20 de setembro, para realização de uma sessão do tribunal de Júri Popular; Ofício nº 211/21, do mesmo diretor, solicitando o auditório da Câmara no dia 15 de setembro, para realização de uma sessão de Júri Popular.



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeler, após saudar os presentes informou a todos que recebeu na data de hoje da comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 027/21, que trata do crédito suplementar, como presidente da comissão de economia, uma vez que circula nas redes sociais, que o referido projeto de lei já se entrava na sua comissão, o que não é verdade. Acrescentou ainda que já tinha conversando com o secretário de finanças da prefeitura, sobre o demonstrativo financeiro do município, que não acompanha o projeto, por esta razão que apresentou nesta sessão um requerimento, solicitando do executivo municipal, cópias de alguns documentos, para que possa emitir o parecer fundamentado. Acrescentou ainda o vereador Mauro que o Prefeito solicita 50% de crédito suplementar, isto demonstra que apenas cinco meses de mandato o orçamento municipal já acabou, daí a necessidade da comissão de economia querer saber em que foi gasto todo o recurso municipal. Portanto vai aguardar a documentação solicitada, para que possa emitir o parecer da comissão de economia e finanças baseado em dados concretos. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, que após fazer suas saudações, reportou-se sobre o projeto de lei que versa sobre o crédito suplementar, acrescentando que o orçamento municipal é uma ferramenta de controle da gestão do município, por esta razão que acontece as audiências públicas, para discutir a LDO, a LOA e o PPA, onde a população indica seus anseios, ou seja, onde deverá ser aplicado os recursos do nosso município. Disse achar estranho o Gestor Municipal dizer que estava trabalhando com o orçamento da gestão anterior, fica a pergunta cadê a comissão de transição que deveria verificar a questão financeira. Agora vale ressaltar que o orçamento municipal é de responsabilidade do Prefeito, que não pode fazer despesas de algo que não esteja dentro do orçamento. Portanto esta Casa de leis não tem culpa se o orçamento municipal está



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

engessado ou acabou. Ainda com a palavra a vereadora Josy citou o artigo 167 e os incisos V e VI, da Constituição Federal que diz: Art. 167. São vedados: V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, E o prefeito entra na justiça para não pagar o auxílio emergencial. Em relação aos tramites regimentais do projeto de lei em questão, disse que a comissão de constituição e justiça que julga a legalidade da matéria só emitiu o Parecer hoje, sendo que o regimento determina que as reuniões das comissões não poder ser realizadas nos dias de sessões ordinárias, mas infelizmente isto não está acontecendo nesta Casa, como também a referida comissão não está julgando corretamente a legalidade de um projeto de lei, uma vez que emitiu parecer favorável ao projeto de lei que tratava do desenvolvimento sustentável, onde citava que o recurso seria gerenciado pela secretaria de desenvolvimento econômico, ou seja, não existe tal secretaria em nosso município. Finalizou solicitando ao presidente da comissão de constituição e justiça que realizasse as reuniões da mesma aberta ao público. A seguir fez uso da palavra a vereadora Ana Cleyde, reportando-se sobre uma postagem da assessoria de comunicação da secretaria de saúde, comunicando o mutirão de cirurgias de catarata. Lembrou a nobre vereadora que em 2019, foi uma luta das vereadoras desta Casa, através de parcerias foi realizado dois mutirões, onde foram atendidas 100 pessoas em cada um. Sendo que foi obtido aquelas pessoas eram as que estavam cadastradas no banco de dados do TFD. Portanto seria



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

viável que a atual secretária de saúde, usasse o mesmo sistema e não abrisse novas vagas, até porque ainda deve ter paciente esperando há muitos anos por essa cirurgia de cataratas que não tem condições de pagar particular. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos líderes partidários. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeler, reportou-se sobre uma live do Prefeito Municipal, onde ele diz que repassa 600 mil reais para a Câmara, pois ele não está fazendo nenhum favor a este Parlamento, é obrigação repassar o duodécimo deste Poder até o dia 20 de cada mês, isto aconteceu em qualquer câmara deste País, porque é garantido em lei. Portanto o prefeito não pode atrasar e nenhum diminuir o duodécimo desta Casa de Leis. Continuando o nobre vereador reportou-se sobre o projeto de lei que trata da suplementação, acrescentando que tem um livro que versa sobre o planejamento de orçamento, que o prefeito deveria adquirir, para se basear como instrumento em sua administração. Disse que esta Casa de leis não pode dar cheque em branco ao Gestor municipal, daí a necessidade do executivo informar a este Poder onde foi gasto todo o orçamento do município em apenas de cinco meses, isto demonstra que o atual gestor não teve controle dos gastos. Lembrou o nobre vereador que conversou com o secretário de finanças da prefeitura, onde sugeriu que quando encaminhasse um projeto dessa natureza que viesse acompanhado do demonstrativo financeiro, ou seja se onde seria retirado o recurso e onde seria aplicado, isto não aconteceu. Por esta razão que apresentou um requerimento nesta sessão sobre o assunto e espera obter a resposta o mais rápido possível. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que existe uma diferença entre orçamento e financeiro, que deve ser observado pela Administração pública. Ainda com a palavra a vereadora Josy fez a leitura da justificativa do projeto de lei oriundo do executivo municipal que trata sobre a suplementação, onde cita que 69



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

milhões, não é suficiente no orçamento o prefeito propõe o valor de 130 milhões de reais se discriminar a destinação do referido valor. Então a comissão de transição deveria ter analisado a questão financeira, como também a equipe de governo deveria acompanhar o plano de governo do atual gestor, até porque a execução do orçamento municipal é de responsabilidade do Prefeito. Portanto ele não deve jogar a culpa na câmara se engessou o orçamento do município. Continuando o vereador Mauro, disse que o projeto veio em anexo o demonstrativo financeiro. Então é preciso que seja analisada também pelo executivo municipal a lei de responsabilidade fiscal, que determina os limites de gastos com pessoal e outras despesas. Portanto a função dos vereadores é legislar e fiscalizar e isso vai continuar fazendo até o termino de seu mandato. Com a palavra o vereador Marcio Canto, disse que o projeto de lei que versa sobre a suplementação, foi protocolado neste Poder no dia 04 de agosto, lido na sessão do dia 10 do corrente mês e encaminhado à comissão de constituição e justiça no dia 12, que já emitiu o Parecer e encaminhou para a comissão de economia no dia 17, ou seja, estamos dando agilidade ao referido projeto de Lei, porque se fosse obedecer os prazos regimentais, o mesmo não será aprovado a curto prazo. Agora é inaceitável o prefeito em uma live, dizer que a culpa é do legislativo se o funcionalismo não receber seus vencimentos no final do mês, se ele não tinha o recurso, porque não encaminhou o projeto de lei para este Poder, com antecedência. Agora não podemos dar cheque em branco ao prefeito, aprovando o referido projeto de lei sem saber de onde vai ser remanejado o recurso e onde será aplicado. Disse que gostaria que tais recursos fossem aplicados na saúde e na educação que são prioridades, mais infelizmente isto não acontece. Disse não ser contra obras, cuidar de animais, mais a vida do ser humano é muito mais importante de que qualquer coisa, portanto se faz necessário que a saúde e a educação sejam priorizadas em Oriximiná. A seguir fez uso da



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

palavra o vereador Rafael Viana, que reportou-se sobre uma live do Prefeito Municipal, onde mencionou o nome do vereador que vos fala e de seu pai, o ex-prefeito Gonzaga, onde ele disse que seu pai só dava migalha as pessoas que o procuravam, o que é inaceitável, até porque sempre presou pelo respeito a qualquer pessoa. Em relação as obras, disse não ter nada contra agora é preciso que seja executada dentro da legalidade. Quanto o valor do repasse da Câmara, disse que amparado por lei o duodécimo, e o prefeito só tem a cumpri-la. Em relação ao projeto de lei que trata da suplementação, que se encontra em tramitação neste Poder, disse que se faz necessário os vereadores terem conhecimento de onde será remanejado o recurso e em que será aplicado. Finalizou assegurando que respeita qualquer pessoa independente de função ou cargo, assim gostaria de ser respeitado. Com a palavra o vereador Marcelo Augusto, reportou-se sobre a live do prefeito, que tentou de todas as maneiras atingir este Poder e jogar e população de encontro com os vereadores, o que é revoltante. Em relação ao valor que é obrigação do prefeito repassar a Câmara, ele falou que os 15 vereadores não fazem nada, o que não é verdade. Pois todos os vereadores trabalham em prol da nossa população, agora cada um à sua maneira. Em relação ao projeto de lei que trata da suplementação, ele estourou o orçamento do município, por esta razão incentiva os servidores públicos e os fornecedores a pressionar os vereadores a aprovar o referido projeto de lei, o mais rápido possível, o que é inaceitável, até porque ele não fala a população o que realmente ocorreu com os recursos do município, porque está engessado, o prefeito só fala mentira em suas lives. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão, para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente, passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitou a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Mauro. Com a palavra o autor, justificou seu trabalho, dizendo ser de suma importância que seja encaminhada em caráter de urgência copias da documentação solicitada no requerimento, para que possa emitir o parecer da comissão de economia. A vereadora Josy Seixas, sugeriu ao relator do referido projeto de lei que assegurasse no parecer uma garantia do recurso da suplementação seja destinado ao pagamento do funcionalismo público até o final do ano. O vereador Manoel Bochecha solicitou informações se os pedidos de suplementação podem ser discriminados por áreas. O vereador mauro responde que sim. O vereador Márcio Canto, falou da necessidade das rubricas orçamentárias sejam discriminadas, como também contendo informativo do remanejamento do recurso e a destinação do mesmo. O vereador Marcelo também concordou com as colocações feitas pelos vereadores. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Foi submetido à apreciação do Plenário a solicitação do Poder Judiciário, solicitando o auditório da Câmara no dia 20 de setembro, sendo aprovado por unanimidade. A solicitação do dia 15 de setembro foi retirada de pauta, para verificar junto a Poder Judiciário se há possibilidade de mudar a data, uma vez que 15 de setembro é dia de sessão deste Poder. Esgotadas as matérias em pauta, para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Ocupou a tribuna a vereadora Josy Seixas, que após fazer suas saudações lembrou do remanejamento de recurso que o prefeito fez da secretaria de agricultura, para apagar o auxílio emergencial, despesa esta que não estava no orçamento do município. Portanto se faz necessário que ele use a mesma ferramenta para o projeto de lei que trata da suplementação, ou seja, informando a este Poder, de onde vai ser remanejado o recurso e qual a destinação do mesmo. Ainda com a palavra a vereador Josy, falou das



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

audiências públicas que são realizadas, onde a população indica seus anseios e diz onde deve ser aplicado o recurso público. Tanto que já está sendo realizadas audiências públicas para elaboração do PPA. Portanto isto demonstra a formalidade do ato. Agora nós devemos garantir no referido projeto de lei o salário dos servidores públicos até o final do ano, enquanto dos prestadores de serviços já é garantido na lei da licitação nº 8.666/93. Disse que se faz necessário o prefeito autorizar a secretaria de finanças a encaminhar a este Poder a documentação solicitada pelo vereador Mauro, através do requerimento aprovado nesta sessão. Com a palavra o vereador Mauro, afirmou que vai garantir o pagamento dos servidores públicos, quando emitir o Parecer da comissão de economia ao referido projeto de lei, até porque esta Casa está de mãos dadas com o funcionalismo municipal. Disse ainda que o prefeito não pode administrar acima da lei, tudo tem que ser baseado em leis. Finalizou dizendo que vai aguardar a documentação solicitadas o mais rápido possível. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário